

**PET na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 7.386 -  
DF (2014/0105456-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**  
**REQUERENTE : SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO**  
**AMAPÁ - SINDPOL/AP**  
**ADVOGADO : MARCELO LAVOCAT GALVÃO E OUTRO - DF010958**  
**REQUERIDO : UNIÃO**  
**INTERES. : ELIETE FERREIRA DANTAS**  
**INTERES. : ELISABETE FERREIRA DANTAS**  
**INTERES. : ELISANGELA DE BRITO PAES**  
**INTERES. : ELIZABETE DA SILVA MORAES**  
**INTERES. : ELIZETE FERREIRA DANTAS**  
**INTERES. : ELLEN CRISTINA DOS SANTOS CUNHA**  
**INTERES. : ELOIZA TAVARES MAGALHAES**  
**INTERES. : EMERSON DANI MENDONÇA DA COSTA**  
**INTERES. : ENEIDA DE BRITO PAES**  
**INTERES. : ERIKA ALINE DOS SANTOS VASCONCELOS**  
**INTERES. : ERISON LENON MENDONCA DA COSTA**  
**INTERES. : ERNESTINA DA SILVA MORAES**  
**INTERES. : EULICE DE SOUZA SMITH**  
**INTERES. : EUNICE BARBOSA DE OLIVEIRA**  
**INTERES. : FABIANO RIBEIRO PIMENTEL**  
**INTERES. : FABRICIA RIBEIRO RODRIGUES**  
**INTERES. : FRANCISCA BASILIO DA COSTA**  
**INTERES. : FRANCISCA VENANCIO DA SILVA**  
**INTERES. : FRANCISCO ANTONIO DOS S.M. JUNIOR**  
**INTERES. : GABRIELA FRAZÃO TAVARES**  
**INTERES. : GENTILA ANSELMO NOBRE**  
**ADVOGADO : EDUARDO MARCOS DE ALMEIDA - DF020026**  
**INTERES. : GEOVANI FERREIRA LEITE**  
**INTERES. : GEYSSICA TAYNARA SANTOS TENTE**  
**INTERES. : GILVAN SOUZA DE MELO**  
**INTERES. : HONORINA CERDEIRA DA SILVA**

**DECISÃO**

Apresentados os cálculos pela Contadoria Judicial desta Corte, manifestou-se a União, às fls. 725-750, e o exequente, às fls. 752-754.

A União discordou dos cálculos, nestes termos (fl. 726):

Analizados os cálculos da CEJU (fls. 679 e ss.) pelo setor de cálculos e perícias da AGU, observaram-se as seguintes inconsistências, conforme se vê do Parecer Técnico 00033- C/2019-DCP/PGU/AGU.

Em razão da recente decisão do STF no RE 870.947/SE, não se pode adotar o índice IPCA- e para a correção monetária a partir de jul/2009, até que o STF se posicione definitivamente sobre o tema da modulação dos efeitos da decisão. No período de jul/2009 à set/2017, deve-se utilizar a variação da TR, portanto.

Quanto aos juros moratórios, sua incidência deve observar a compensação de valores.

Como os juros incidiram antes de se descontar a parcela paga, eles deveriam ser acrescidos à parcela paga para fins de aferir o saldo. Se não há essa paridade nos critérios para compensação, há uma superestimação do saldo final, que é indevida.

Assim, conforme se demonstram nas planilhas anexas ao parecer técnico, em consonância com o exposto acima, há um excesso de execução no valor de R\$ 1.165.512,51, sendo devido apenas o valor de R\$ 229.360,38, atualizado até novembro/2018.

O exequente, por sua vez, concorda com os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial desta Corte.

### **Decido.**

Conforme ficou consignado no relatório da Contadoria Judicial desta Corte, **a metodologia utilizada para a elaboração dos cálculos foi aquela determinada pela decisão que julgou a impugnação**, de tal sorte que não é possível, nesta oportunidade e em virtude da preclusão, que se pretenda a rediscussão de temas já examinados.

Entretanto, diante da decisão proferida pelo STF, no bojo do **RE n. 870.947/SE**, da lavra do Ministro **Luiz Fux**, publicada no DJe de 26/9/2018, que **conferiu efeito suspensivo aos embargos de declaração opostos pelos Estados, a fim de sobrestar a aplicação do entendimento firmado no referido aresto**, relativamente à aplicação de índice de correção monetária incidente sobre condenações da Fazenda Pública, há que se observar o referido *decisum* especificamente quanto a esse aspecto.

É importante pontuar que o sobrestamento, por se relacionar

**apenas ao índice de correção, não interfere no imediato cumprimento da execução.** Assim, deverão ficar bloqueados apenas os valores referentes à diferença entre os índices de correção monetária adotados antes do julgamento do **RE n. 870.947/SE** e aquele firmado em repetitivo por esta Corte. Os referidos valores deverão permanecer em conta vinculada até que se julgue, em definitivo, o tema pelo STF. Após o julgamento, **se for o caso**, o exequente poderá levantá-los.

Ante o exposto, **defiro em parte a irresignação da União, apenas para** sobrestar o pagamento das diferenças referentes aos índices de correção monetária, nos termos expostos.

**Determino a expedição da requisição de pagamento nos termos do apurado pela Contadoria Judicial**, cujo valor deverá ser acrescido dos consectários legais.

Fixo, em favor do exequente, a títulos de honorários sucumbenciais o percentual de 8% do valor do excesso alegado pela União, nos termos do art. 85, § 3º, II, do CPC, levando-se em consideração as diretrizes § 2º do referido dispositivo legal.

Publique-se, intem-se e cumpra-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**